



# Avô CAPITÃO

Romance

João Amado Gabriel

## PREFÁCIO

*Quando nos lançamos na busca das nossas raízes, encontramos invariavelmente histórias, muitas histórias. Nalguns casos, menos frequentes, também nos encontramos com a História.*

*Foi o que aconteceu com João Amado Gabriel, quando decidiu fazer a viagem ao seu passado, ao encontro dos seus ancestrais, oriundos de Alqueidão das Contas, uma aldeia perdida nas faldas da serra de Aire.*

*E foi a partir dessa passagem estreita, exatamente o significado em árabe de Alqueidão, que o autor reconstruiu a história de Manuel, o avô capitão, que vive na pele as invasões francesas, sai à força de Portugal, onde regressa anos depois para viver a aventura da guerra fratricida entre D. Miguel e D. Pedro, dois irmãos reis, separados por duas conceções antagónicas do exercício do poder. Manuel ficou ao lado dos partidários de D. Miguel, neste caso, o lado errado da História.*

*Este livro é uma viagem ao Portugal profundo do século XIX, num dos períodos mais conturbados da História de Portugal: as invasões francesas, a que seguiu, duas décadas depois, uma guerra civil.*

*O Portugal profundo que é tão bem retratado neste livro, com o centro na aldeia de Alqueidão das Contas, permaneceu quase inalterável ao longo de todo o século XIX e grande parte do século XX.*

*As descrições dos usos e costumes daquela aldeia, levaram-me a outra aldeia, a dos meus pais, na Beira Baixa, onde assisti e vivi costumes idênticos, nos anos 60 do século passado. Revivi, por exemplo, as debulhas do milho pelas noites de verão, com canções,*

*com a alegria de encontrar o milho-rei, mas sobretudo com as histórias da minha avó Patrocínia, uma das raras mulheres da sua idade que sabia ler, contadas ao longo de horas, com todos os pormenores decorados dos romances que lia.*

*Correm, assim, em paralelo, duas histórias neste livro: a da aldeia, terra natal do autor, e a história do avô capitão, Manuel Pereira Roque.*

*João Amado Gabriel, profissional da imagem, tem uma escrita cinematográfica. As descrições, muito precisas, constituem verdadeiros “takes”, tal é a perfeição da sua sequência. Vemos claramente aquilo que está escrito.*

*É esta, quanto a mim, a grande qualidade deste livro: para além de uma boa história, a escrita cinematográfica arrasta-nos para as suas páginas como se fossem um ecrã. Lemos e vemos as cenas descritas. Parece fácil, mas esta qualidade é, sem dúvida, rara.*

*Aqui está um livro que vale a pena. Valeu o esforço de pesquisa minuciosa do autor, todo o seu trabalho paralelo de construção da árvore genealógica da família, a revisitação do passado da sua aldeia.*

*Diz-se do passado que é um país distante.*

*No entanto, é ele o que nos sustenta e nos guia para o futuro.*

*Visitamos neste livro tempos que não se repetem, que foram duros, mesmo cruéis, mas que foram os nossos.*

*Foi esta a verdade que recolhi nestas páginas.*

**António Luís Marinho**

*Para espalhar a fome  
Uma moda se inventou.  
Quanto mais a fome aperta  
Mais se canta o rei chegou.*

Popular

18 <sup>11</sup><sub>out</sub> 10  
quinta-feira

A cavalaria do exército imperial, que faz o reconhecimento do terreno para o avanço da infantaria e da artilharia, depara-se com grande número de fortificações no cimo de uma cadeia de colinas. Faz um minucioso reconhecimento e informa Masséna.

A presença da cavalaria francesa é detetada por um miliciano português, de sentinela ao Forte de São Sebastião, situado à direita do desfiladeiro dos Matos, na Arruda dos Vinhos, a uns generosos mil pés de altitude. Em sete minutos apenas, a notícia da chegada do invasor percorre as 13 léguas da linha defensiva, graças ao eficaz sistema de comunicações colocado nas 152 fortificações. Em cada uma delas está colocado um mastro de madeira com braços móveis e bandeiras, que são acionadas seguindo um código de comunicação. Como cada fortificação tem sempre pelo menos duas outras em linha de vista, a mensagem percorre rapidamente toda a linha defensiva. No Forte de São Sebastião encontram-se 280 soldados milicianos e ordenanças portuguesas, apoiados por três peças de artilharia, uma peça de meia polegada e quatro canhoeriras.

Dois dias depois, Masséna cavalga até às proximidades da Arruda para avaliar pessoalmente a natureza e a dimensão dos obstáculos, e fica estarrecido com o que vê. Um conjunto de redutos e fortificações colocados em pontos inacessíveis à sua artilharia porque demasiado altos, mas suficientemente próximos uns dos outros para se poderem apoiar mutuamente com fogo de artilharia. Verifica também que o inimigo havia limpo as encostas das colinas, onde não há uma única árvore ou qualquer outro elemento que possa ser utilizado como proteção após um ataque falhado. Com o telescópio apoiado num muro rural de pedras e cascalho, observa demoradamente regatos e ribeiros e verifica a

existência de autênticos pântanos formados por múltiplas represas. Deteta também, através do seu monóculo, muitas trincheiras de apoio, longas paliçadas, algumas barricadas e outros obstáculos que tornam temerária qualquer tentativa de defrontar o fogo dos redutos inimigos ou de atravessar aquela linha defensiva. Quanto mais observa as linhas de defesa à sua frente, mais remoto se torna o seu objetivo de conquistar Lisboa.

– Que diabo! Não foi Wellington quem fez estas montanhas! – exclama. E quando recolhe o telescópio e procura questionar o marquês de Alorna sobre o motivo por que nunca foi informado da existência daquelas colinas, a guarnição do Forte de São Sebastião dispara contra ele e os oficiais que o rodeiam. A bala da canhoeira atinge o muro onde momentos antes Masséna se apoiara e pulveriza tudo em redor com fragmentos de pedra envoltos numa espessa nuvem de pó. Sacode a poeira que lhe atingiu o uniforme, pega no chapéu e acena com ele aos artilheiros inimigos como sinal de apreço pela excelente pontaria, e parte em direção ao seu quartel-general.

A cabeça de Masséna fervilha de dúvidas perante aquela situação inesperada. Reúne-se com os oficiais portugueses que o acompanham e exige explicações.

– Meus senhores, como é possível que não conheçam a orografia do terreno sendo vossas excelências naturais desta região? Como é possível que Wellington tenha construído estas fortificações sem o vosso conhecimento? – questiona num ímpeto o marechal enquanto bate com a palma da mão num mapa pouco detalhado que se encontra sobre a improvisada mesa de campanha.

O marquês de Alorna e o seu correligionário, o general Pamplona, ficam constrangidos e atónitos. Bem no fundo, agrada-lhes o que veem, mas não o podem manifestar. Perante aquela defesa inexpugnável é muito provável que Masséna não ataque

os portugueses que estão do outro lado da barricada, e isso seria para eles um alívio de consciência...

– Meu marechal – responde finalmente o general Pamplona –, estas estruturas defensivas são para nós uma surpresa tão grande como para o meu marechal! Mas uma coisa lhe garanto, quando saímos de Lisboa com a Legião há dois anos, nada disto estava construído. O general Junot pode confirmar.

Masséna aceita a justificação pois está ciente dos problemas de comunicação e de recolha de informações militares em território português, mas, ainda assim, decide não mais solicitar a opinião dos oficiais portugueses, os quais servirão a partir de agora de meros intérpretes. Uma dúvida, contudo, continua a ocupar o raciocínio do marechal:

“Como é que nem os meus espões que estão a operar em Lisboa me transmitiram, em tempo útil, uma única informação sobre a construção destas linhas defensivas?”

E enquanto vagueia em pensamentos e análises, exclama:

– Não, não pode ser! Uma linha defensiva tão extensa terá certamente algum ponto fraco...

Parecendo ter ouvido as deduções mais argutas do comandante, o general Junot irrompe tenda adentro com o relatório exaustivo do reconhecimento que acaba de fazer:

– Meu marechal, a linha defensiva é realmente grande e está bem protegida, mas detetámos um ponto fraco na aldeia do Sobral de Monte Agraço, a noroeste.

– Conte-me tudo! – ordena Masséna.

– Muito bem. Pelo que os meus homens puderam observar, a aldeia é guardada por tropas regulares mas não tem fortificações, apenas algumas barricadas de pequena dimensão. Pude avistar

pessoalmente alguns redutos por detrás da aldeia, mas nada que não possamos neutralizar com alguma facilidade.

Esta é a boa notícia que Masséna precisa de ouvir para quebrar o impasse em que se encontra e ordena um ataque imediato à aldeia do Sobral, entregando a missão a Junot e ao seu corpo de exército.

Após uma breve troca de tiros de mosquete com as tropas inglesas, o exército imperial apodera-se da aldeia. Junot manda avançar os seus homens para tomar as colinas que estão por detrás do Sobral. Aos primeiros movimentos das tropas, os redutos que desvalorizara na ação de reconhecimento começam a cuspir metralha na sua direção.

Recebendo o sinal que indica um ataque dos franceses, Wellington envia de imediato os reforços da segunda linha, e em poucas horas coloca mais 30 mil homens neste ponto da primeira linha defensiva.

Junot continua também a reforçar as suas posições mandando avançar algumas tropas pelo sul, mas apercebe-se que aquela posição já havia sido reforçada por tropas inimigas, e só quando avista o reduto, fortemente armado, no cimo do monte Agraço, toma consciência da impotência do seu exército para romper as linhas inimigas e manda retirar. A existência daquela fortaleza não havia sido detetada no reconhecimento que fizera.

Dentro das linhas defensivas celebra-se a retirada do invasor com vinho e divertimentos, e muitos lisboetas deslocam-se até aí movidos pela curiosidade, mas também para confraternizarem com as milícias e as ordenanças portuguesas.

Masséna reúne em conselho de guerra com os seus generais. Após aturadas análises da situação militar e fortes discussões

sobre a tática a adotar para vencer os ingleses, é notória a divisão entre os generais ao serviço do exército imperial.

Não sabendo o que fazer, Masséna espera.

Passados quinze dias de relativa inatividade militar, o comandante do exército de Napoleão resolve enviar a França um dos seus generais para solicitar reforços ao imperador e também apoio ao marechal Soult, que está estacionado a sul de Portugal, na zona de Elvas.

Enquanto espera, Masséna mantém certa pressão sobre as linhas inimigas, provocando aqui e ali escaramuças sem significado. O outono cada vez mais frio, aliado à falta de mantimentos, começa a depauperar a eficácia militar e a debilitar o moral da tropa. Masséna pondera e decide retirar para Santarém onde passará o inverno, pois não vê razão que justifique o sofrimento do seu exército enquanto espera por reforços.

Apesar da política de terra queimada decretada por Wellington, o povo de Santarém, como o de outras zonas do país, tratou não de destruir, antes escondeu os alimentos, que servirão agora para sustentar o exército invasor.



18<sup>10</sup><sub>nov</sub>10  
sábado

Maria Pereira, governadeira da vida, dá voltas à lida da casa durante as sobras do tempo que ocupa na fazenda.

A sua casa é uma modesta habitação de piso térreo, como tantas na aldeia, de quatro divisões. A cozinha, com grande lareira no chão e sem chaminé, faz também de sala de jantar. O fumo da lareira, que invade toda a casa, sai a custo pelas frestas das telhas de canudo assentes em ripado de madeira. Algumas varas, negras de fumo e suspensas do teto na horizontal, estão agora vazias pois os enchidos só serão feitos depois da matança do porquito, lá mais para dezembro. As três outras divisões da modesta casa são dois quartos de dormir e a casa de fora, onde é recebido o senhor prior por altura da visita pascal, porque outras visitas solenes não tem. Num dos quartos, a cama do casal em cujo colchão de camas de milho se guardam as míseras economias de uma vida. O outro quarto é dos inquietos filhotes, todos pequenos ainda. Manuel, o mais velho dos seis, passará a dormir no palheiro quando atingir a puberdade. Aí terá a privacidade suficiente para se poder tornar homem. Está com doze anos e um dia destes os pais dar-lhe-ão carta de alforria.

Penduradas num prego da cozinha junto ao ripado do telhado, as coloridas sacas de trapos com que as crianças andaram a pedir o pão-por-deus estão vazias depois de terem cumprido a função de transportar os tremoços e as merendeiras redondas, amassadas com azeite virgem e perfumadas com erva-doce e canela, que as crianças recolheram na volta pelas casas da vizinhança em dia de Todos os Santos. Os dias de guerra que se vivem emprestam a esta tradição importância acrescida. O dia de pão-por-deus restabelece alguma normalidade à vida da população e é motivo de grande alegria para as crianças.

Naquele dia primeiro de novembro, mal o prior Joaquim pronunciava no altar o esperado *ite missa est*, as crianças começaram a juntar-se à saída de igreja em frenéticas correrias e estridente algazarra, agitando no ar os seus saquinhos coloridos como quem exhibe, com cândida vaidade, o melhor e o mais bonito. Depois seguiram, caminho fora, em pequenos grupos de irmãos, primos ou vizinhos, até percorrerem uma a uma todas as casas que exibiam porta aberta.

– Ó tia, dá pão-por-deus?

Do lado de dentro do arretrato, a dona da casa esperava com um alguidar de tremoços, curtidos no rio Lena ou nalgum poço da Várzea. Ao lado, uma cesta de maçãs ou figos secos. Embora raras, nalgumas casas havia também “penduras” de cachos de uvas, passadas pelo tempo, que ficavam presas no teto das adegas desde as vindimas. Sobre um banco de madeira, o tabuleiro, coberto com toalha de linho, servia de cama às saborosas merendeiras.

– Pão-por-deus para quantos? – perguntava a dona da casa enquanto preparava as dádivas.

O mais velho do grupo respondia e, uma a uma, as crianças aproximavam-se com a saca já aberta para recolherem os mimos que lhes estavam destinados, de acordo com a idade e a relação de parentesco com a dona da casa.

Os filhos de Maria Pereira e João Roque, o sapateiro que trabalha sem levantar a cabeça, receberam merendeiras suficientes para andarem mimados durante toda a semana. Mesmo duros, estes bolos fazem até à última migalha as delícias de qualquer criança.

Sacas arrumadas, só no ano seguinte a pequenada voltará a saborear a erva-doce e a canela da deliciosa iguaria.

O pequeno pátio frente à casa é a serventia que, coberta com pimenteira fresca, empresta à passagem para o curral do porco um intenso aroma a tomilho. Faz também ligação a um pequeno palheiro, à casinha do forno e à adega que fica junto ao caminho público. Além de guardar o vinho, o azeite e os cereais, a adega é o local de trabalho de João Roque, sempre que tem por fregueses os habitantes do Alqueidão das Contas. Não é, contudo, com o trabalho que lhe dão os habitantes da aldeia que governa a vida, pois mulheres e crianças andam sempre descalças, e alguns só usam sapatos em dias de festa.

Manuel, o filho mais velho, contribui para a economia do lar ajudando a mãe nos trabalhos agrícolas e no polimento das contas de rosário, que mal enchem um saco de serapilheira. O saco, atado pela boca, é horas a fio pisado e repisado até que as contas fiquem brunidas de tanto friccionarem umas nas outras.

O irmão e as quatro irmãs mais novas brincam no pátio ao ró-rô. Teresinha, de quatro anos, olhar trigueiro, é a benjamim. Quer entrar no jogo mas nem a paciência da irmã Francisca, sete anos de meiguice, consegue que os outros irmãos não a tentem afastar do jogo a todo o custo porque, dizem, ela não sabe as regras e só atrapalha.

– Pronto, Teresinha. Tu, vai para ali com a mana sentar-te no arrebató e jogar ao bichaninho, tá bem? – ordena Ana Maria, de dez anos, tez morena e atitude assertiva enquanto pede a Francisca que vá brincar com a irmã mais nova.

– Vá lá, quem é a apoiar? – questiona Lourenço, nove anos de matreirice. – Não sou eu de certeza porque foste tu que perdeste o jogo!

A irmã Maria das Dores, seis anos, vítima dos irmãos mais velhos, resmunga mas lá vai para o poiso.

Teresinha e Francisca, sentadas no arrebatado cobrem um pequeno seixo com um monte de terra fonheirenta e, uma de cada lado, começam a esgaravatar na terra com os dedos indicador e médio da mão direita, enquanto vão dizendo em simultâneo:

– Bichaninho, bichaninho, bichaninho...

Francisca é a primeira a tocar no seixo com as pontas dos dedos e exclama vivamente:

– Ganhei!

Teresinha desata a chorar porque a irmã nunca a deixa vencer. – Pronto, Teresinha, não chores. Vamos jogar outra vez e agora ganhas tu.

E preparam novo jogo.

Com a esburacada porta da adega a servir de poiso, Maria, de costas para o pátio e olhos vendados pelas próprias mãos, vai dizendo repetidamente enquanto os irmãos da brincadeira se escondem:

– Ró-rô, ró-rô, esconde-te bem, que eu já lá vou.

– Podes vir! – anuncia finalmente Lourenço enquanto se enfia dentro do buraco, feito pelo pai num canto estratégico para esconder mantimentos se algum dia a guerra chegar, tapando-se com um pedaço de pimenteira, igual à que cobre todo o pátio.

– Aí vou eu!

E é dado início à busca. Maria dirige-se para o palheiro e começa a procurar com cuidado, revoltando a palha. Nada. Com andar desconfiado, ao sair do palheiro vê o irmão a correr desalmado na direção da porta da adega que faz de poiso. Tão rápido lá chega que Maria não tem tempo de reagir.

– A minha mão n'ápoisa! – exclama triunfante Lourenço enquanto bate três vezes com a mão na porta da adega.

– Assim não vale! – protesta Maria. – Nem me deste tempo de te procurar!

– Eu já 'tou safo. Olha, procura a Ana Maria e é se queres!

Com mais cuidado e sem nunca deixar de ver o poiso, Maria recomeça as buscas pelo pátio. Espreita para a casinha do forno e sente um pequenino barulho de respiração. Pé ante pé, inspeciona o local e observa um pouco de cabelo que teima em aparecer por detrás da curvatura abaulada do forno.

– Ana Maria, 'tás morta! – e desata a correr para a porta da adega e bate três vezes com a mão antes que a irmã consiga sair do local onde se escondera.

Hoje estão a brincar dentro de casa, mas muitas vezes juntam-se aos garotos da vizinhança e as brincadeiras de rua duram horas sem fim.

A casa do sapateiro forma com outras cinco o pequeno aglomerado das Calçadas, a meio caminho de quem vai do casal da Laranjeira para a Rua de Cima.

João Roque regressará prà semana que vem. Foi à Chainça, por quinze dias, fazer uns pares de botas e alguns sapatos por conta de António Ribeiro, abastado lavrador do lugar, distante três léguas para norte, em pleno termo de Leiria. Quando os fregueses são de fora, o sapateiro costuma deslocar-se a suas casas e aí consertar-lhes o calçado ou mesmo fazer sapatos ou botas novas por medida. Desde robustas botas besuntadas com sebo, a finos sapatos de cabedal negro de graxa, João Roque, exímio na arte de bater sola, é afamado em toda a região.

A sua ida à Chainça foi apalavrada algum tempo depois de António Ribeiro ter assistido à missa, todos os meses celebrada a seu pedido, na Capela de Santa Catarina, no casal da Laranjeira. Nesta ermida não se inicia missa alguma sem a presença do seu benfeitor. Por restrita obrigação, o capelão, também prior da freguesia, tem o dever de perguntar, antes do começo das cerimónias, se já está presente o lavrador da Chainça.

Se o lavrador responde, principia a missa. Caso contrário, o único remédio é esperar razoavelmente por ele que, quando surge, se faz anunciar com os passos metálicos dos protetores das botas pelo pequeno corredor central da ermida. Mas António Ribeiro raramente chega atrasado ao seu compromisso mensal.

O lavrador adquiriu este privilégio por herança dos seus avós maternos, que haviam doado alguns bens para a construção da ermida, erigida em honra da santa por quem nutriam extremosa devoção. António Ribeiro cumpre religiosamente os encargos a correrem por sua conta, quer com a manutenção da capela, quer com a aquisição das alfaias litúrgicas necessárias para o culto, ou ainda com as despesas do capelão.

De tanto caminhar por veredas e carreiros, com topadas frequentes no burgau do caminho, o lavrador da Chainça sentira necessidade de contratar João Roque para lhe fazer calçado novo.



18<sup>14</sup><sub>nov</sub>10

quarta-feira

O sino da igreja toca a rebate.

É um toque frenético produzido pelo badalo puxado com vigor por uma corda de sisal. Qualquer habitante pode chegar à torre da igreja e dar o sinal de alarme, pedido de socorro ou toque a reunir por qualquer motivo humanitário, puxando a corda que se eleva até ao campanário. No verão passado o sino tocou várias vezes a rebate devido às queimadas agrícolas que se transformaram em incêndios florestais. Ao toque do sino, o povo reuniu-se de emergência para dar combate ao incêndio, evitando assim que se aproximasse da aldeia e provocasse maior destruição. Menos frequentemente, ouve-se aquele toque de alerta no pico do outono ou mesmo em pleno inverno, quando alguma lareira, por acidente ou descuido, pega fogo à habitação. Sempre que o incêndio acontece, o povo, solidário nas aflições alheias, acode com baldes de água ao som do rebate.

Mas desta vez, sem sinais de fogo, o horizonte está negro, não do fumo mas das nuvens carregadas que se aproximam vindas do mar. A vizinhança junta-se e o mensageiro, que continua a puxar energicamente a corda do sino, vai dizendo, ofegante:

– Vem aí a guerra, vem aí a guerra!... Os franceses estão na Carreirancha!

O pânico instala-se e a notícia corre mais rápida que o próprio som do rebate.

Alguns homens mais idosos e as mães de família correm para casa para esconderem víveres e cereais e trazerem apressadamente os netos ou os filhos para dentro da igreja, procurando abrigo e proteção divina. O padre Joaquim, prior da freguesia, vive paredes meias com a igreja e acaba de chegar também,

movido pelo toque do sino. Orienta a oração procurando acalmar as pessoas mais agitadas. Enquanto pede fé e confiança em Deus, convida o povo a voltar-se para o altar lateral dedicado a São Sebastião. A imagem do santo em tronco nu, cravado de setas, impressiona as crianças e algumas choram.

– Meus irmãos, entreguemo-nos à proteção de Deus Nosso Senhor por intercessão de São Sebastião, nosso santo protetor.

Não sabe o prior Joaquim que São Sebastião, não o santo, mas o forte da Arruda dos Vinhos, foi fundamental para a proteção da cidade de Lisboa. E enquanto abre o missal, continua:

“– Oremos. Glorioso mártir São Sebastião, protegei-nos contra a peste, a fome e a guerra; defendei as nossas colheitas e os nossos animais, que são dons de Deus para o nosso bem e para o bem de todos. E defendei-nos do pecado, que é o maior de todos os males. Assim seja.”

Com um “Ámen” coletivo iniciam a reza do rosário, sibilado, monocórdico e ansioso.

Na Abegoa, onde anda a amanhar a terra, José Saforro avista a coluna dos militares franceses que entra na aldeia pelo Penedo Grande. O seu instinto protetor de pai impele-o a abandonar a sementeira e a correr em defesa da família e da casa. O caminho empedrado, do tempo dos romanos, que levou o rancho de alqueidanenses a ganhar a vida na apanha da azeitona e que é percorrido em sentido inverso pelos militares franceses, augura agora destruição e morte. José Saforro teme que os invasores lhe destruam a casa e o sustento que colheu ao longo de um ano de trabalhos, mas o que verdadeiramente o atormenta é a segurança da família. Prende a junta de bois a uma tanchoeira e corre para tentar salvar do saque iminente o azeite, os cereais, as batatas, as cebolas e também alguns animais de criação. Apenas mil pés

separam a Abegoa de sua casa no casal da Laranjeira e, num pulo, chegará lá.

Sem a presença de qualquer força defensiva de Wellington, o Alqueidão das Contas, como tantas outras pequenas povoações, está à mercê do exército imperial de Napoleão. Nas imediações da casa José Saforro pressente que pode ter chegado tarde. Alguns soldados dão de beber aos cavalos na lagoa de Santa Catarina e a pequena capela está em chamas. Abranda o passo e, furtivamente, procura chegar a casa. Vê um grupo de militares saírem pelo portão que dá para a rua e já não tem dúvidas, a sua família corre perigo.

– Ai, Deus me acuda! – balbucia desesperado.

Indo pelas traseiras, salta para o pátio e corre para casa, e encontra a porta rebentada por um tiro de espingarda. Choros de criança indicam-lhe o caminho para encontrar os seus. Na escura despensa de onde veio o sinal de vida, uma talha partida provoca uma pequena inundação de azeite no qual José Saforro escorrega. Tem o coração tão apertado como engajo numa prensa. A mulher está sentada no chão, em cima do azeite derramado, protegendo com os braços, como asas, as duas filhas mais novas. Aparentemente calma, chora em silêncio.

– Vocês estão bem? Eles não fizeram mal aos nossos filhos? – pergunta José Saforro enquanto se debruça para sentir a presença e dar afago e conforto à família.

A mulher solta então um grito de desespero.

– Eles levaram a nossa mais velha, Zé. Eles levaram a nossa “Purfica”!

Maria da Purificação, 18 anitos, olhos castanhos e tez rosada dos ares da serra, tem o mesmo nome da avó. José Saforro batizou-a assim em homenagem à sua falecida mãe. Maria é uma

miúda prendada e há pouco tempo conseguiu a autorização da mãe e a bênção do pai para namoriscar ao postigo com Simão, o filho da comadre Ermelinda, um ano mais velho. A mãe faz questão de marcar as horas de namoro e encarrega sempre uma irmã mais nova de vigiar a conversa, não vão os pombinhos cair em tentação. Claro que já deram às escondidas uns beijinhos na face, mas Purificação tenciona guardar-se para o casamento, não só para obedecer à mãe, mas sobretudo porque é pecado mortal ir impura para o altar. Maria da Purificação é o orgulho do pai, com quem tem uma relação muito meiga.

José Saforro está incrédulo.

– Mas levaram a nossa filha para onde?

Não ouve a resposta. Com uma enorme tensão no pensamento, sai tresloucado para o pátio enquanto repassa pela memória fotográfica os últimos momentos em que estiveram juntos, há apenas algumas horas, quando ela apareceu na Abegoa com o jantar à cabeça. Nem se apercebe que a casa foi vandalizada e que alguns dos seus parques bens foram saqueados e outros destruídos. Na realidade, José Saforro ficou sem nada, mas do que sente falta é da sua Purificação.

Abafados e aflitos gemidos que vêm da direção do palheiro, no outro lado do pátio, despertam-lhe a atenção e, deixando as memórias a meio, dirige-se ao local sem pensar. Depara-se com um soldado a desflorar a sua filha querida em cima da palha. Com as mãos presas e amordaçada, Maria da Purificação procura resistir com o corpo enquanto é violentamente penetrada.

– Ah meu grande cão! Que estás tu a fazer à minha filha?!

José Saforro sente a desonra percorrer-lhe cada veia do corpo, deixando-o fora de si. Atira-se ao militar com o seu corpanzil de sete arrobas, pega nele pelos fundilhos e sova-lhe cada polegada do corpo.

– Eu arrebento-te todo, meu sacana! Meteste-te com a minha filha agora vais ter que te haver comigo.

Os golpes ferozes de José Saforro sobre a sua presa são tantos e tão violentos que o soldado só grita:

– *Au secours ! Aidez-moi !*<sup>1</sup>

– Pai, cuidado! Cuidado!... – avisa Maria com os olhos peçados de lágrimas e muito combalida.

Mas foi tarde de mais. Um outro militar, vindo do pátio em auxílio do seu camarada, trespassa com a baioneta as costas de José Saforro até ao ventre. O grande Saforro tomba inanimado. Maria da Purificação precipita-se sobre o pai e a alva seiva de vida que mancha o seu vestido é tingida de vermelho, cor de morte, num último e terno abraço.

Os militares pegam fogo à palha e saem.

O toque a rebate despertou Maria Pereira da dormência da lide doméstica em que estava embalada. Na ausência do marido, ela faz de mãe e de pai dos seus seis filhos. Pressentindo o pior, chama Manuel, o mais velho, e apressam-se a esconder alguns víveres no buraco que João Roque havia aberto num canto do pátio para esta eventualidade. Os miúdos, envolvidos nas suas brincadeiras, tardam em obedecer à ordem materna.

– Meninos, venham cá ao pé da mãe. Uns homens maus andam ali na rua e nós vamos esconder-nos – e pega decididamente em Teresinha, a mais nova, que põe ao colo, enquanto Manuel junta os outros irmãos, qual pequeno pastor a agrupar o rebanho.

---

<sup>1</sup> Socorro! Acudam-me!

– Vamos fazer de contas que vamos jogar ao ró-rô – diz a mãe com serenidade –, mas os homens maus não nos podem encontrar, está bem?

Maria Pereira vai à frente com Teresinha ao colo e os outros filhos saltitam atrás no apertado carreiro que os obriga a ir em fila. Manuel vai na cauda a fechar o grupo. Procuram refúgio nas traseiras da casa, ao pé de uma cisterna escondida que, em tempo de chuva, junta a água que cai das empenas do telhado. Uns carascos colocados em meda servem para aquecer o forno do pão, mas neste caso ajudam na camuflagem do grupo.

Francisca, que como de costume esteve a jogar ao bichaninho com Teresinha para que os outros irmãos pudessem jogar ao ró-rô, está excitada e contente por finalmente jogar aquele jogo das escondidas com a mãe como companheira.

Em pensamento, Maria Pereira entrega os filhos à proteção da sua Santa Catarina e promete fazer-lhe uma novena na capela se tudo correr bem. Mal sabe que a escassos três mil pés, no casal da Laranjeira, a pequena ermida está, sem remissão, a ser pasto das chamas.

– Mãe! Se os maus nos virem aqui eu posso ir a correr bater na poisa?

– Chiuuu! – repreende Ana Maria com o dedo indicador em riste junto ao nariz. – Queres que eles nos apanhem, é?

– Não, Francisca – atalha a mãe em surdina – ninguém vai sair daqui sem a mãe mandar. Se estivermos caladinhos os maus não nos vão encontrar. Sossega.

O som do trote de cavalos bem ferrados está cada vez mais próximo. Chegam e a ansiedade aumenta no coração daquela mãe que procura, qual galinha, aconchegar com seus braços o pequeno grupo de crianças que são os seus filhotes.

Enquanto um grupo de soldados de cavalaria aguarda da parte de fora do portão, três militares entram no pátio e fazem o reconhecimento. Dois deles dirigem-se à adega enquanto o terceiro elemento fica de prevenção no pátio. Rebentam a pipa de vinho ainda em fermentação, riem e aproveitam para matar a sede com aquela zurrapa turva. Destroem, com um segundo tiro, uma talha de barro vazia.

Os dois disparos fazem estremecer as crianças. Maria das Dores começa a chorar assustada e o irmão Manuel logo lhe tapa a boca.

– ‘Tá calada, não chores! – murmura-lhe ao ouvido.

Os militares não ficam contentes com a surpresa de verem a talha de azeite vazia e vão inspecionar a casa, destruindo tudo, que não é muito, à sua passagem.

– *Y a personne ici*<sup>1</sup> – diz um deles, enquanto uma voz vinda da rua ordena:

– *Alors, venez !*<sup>2</sup> – e deixam o local.

A igreja paroquial, no centro da aldeia que conquistou o estatuto administrativo de freguesia em 1615, mantém a porta aberta para acolher todos os que procuram refúgio. O prior Joaquim, ajoelhado em frente ao altar lateral, vai passando o polegar pelas contas do rosário que segura na mão enquanto recita o quarto mistério doloroso:

“– Contemplamos, neste mistério, como Jesus carrega sua cruz ao Calvário. Pai nosso que estais no Céu...”

---

<sup>1</sup> Não está aqui ninguém!

<sup>2</sup> Então venham!

O povo responde com a continuação do padre-nosso. No desfiar do terço cujas contas foram feitas ali na aldeia, seguem-se dez ave-marias e o mistério da crucificação e morte de Cristo.

Da rua vem uma grande algazarra que sobressalta a reza coletiva do terço e põe o povo em estado de alerta. Pela porta do fundo irrompe na igreja, aos gritos, meia dúzia de cavaleiros montados nas suas bestas. A trote nervoso, sobem a nave do templo atemorizando os crentes com atitudes agressivas. O bater dos cascos no soalho de madeira confunde-se com os clamores do povo que procura fugir para os cantos da igreja protegendo-se assim dos invasores.

O prior Joaquim, fortalecido pela força da Fé, enfrenta os militares:

– Esta é a casa de Deus, local de paz.

Com gestos largos e decididos, indica aos militares a porta de saída, convidando-os a deixar lá fora as montadas.

– Que querem vocês desta pobre igreja? Estas pessoas são gente simples e pacífica que teme a Deus Nosso Senhor, não desrespeitem este lugar sagrado... ponham os vossos cavalos lá fora, se fazem favor, nós estamos em oração.

O prior dá consigo a falar sozinho. Os militares trocam entre si palavras impercetíveis sem darem importância ao que o prior diz, além do mais por não perceberem uma única palavra de português. E dividem-se pelo espaço da igreja. Sempre em cima dos cavalos, observam os altares laterais.

Aterrorizando as pessoas com as cavalgadas, dois militares vão gritando enquanto empunham as espingardas de baioneta em atitude ameaçadora:

– *Allez ! Sortez d’ici si vous ne voulez pas mourir !*<sup>1</sup>

O povo pressente que estará mais seguro na rua que dentro da igreja, e desordenadamente começa a abandonar o templo.

Cá fora, duas centenas de militares e seus cavalos cercam os fiéis. Riem, troçando da atitude submissa com que aquelas gentes saem do local de culto com os filhos ou os netos sob familiar proteção. Deixam-nas dispersar. A força francesa é ridiculamente desigual: Oito militares do exército imperial fortemente armados para cada cristão indefeso que sai da igreja.

A nuvem negra que há horas pairava no horizonte está agora sobre a aldeia. Não tardará a chover...

O prior Joaquim não abandona o posto. Qual guardião do templo, procura estoicamente resistir àquela profanação e leva uma primeira coronhada, que o deixa tolhido, mas não desiste de tentar persuadir aqueles infiéis a abandonarem o local sagrado que pisam.

– *Où est le trésor ? Toutes les églises ont leurs trésors ! Où est-il ?*<sup>2</sup> –  
– pergunta aos gritos um militar com ar ameaçador enquanto outros viram do avesso a sacristia destruindo por completo todos os documentos e alguma modesta mobília do cartório paroquial.

Vendo que os soldados procuram roubar coisas de valor, o prior Joaquim lá vai dizendo que a igreja é pobre e que o único tesouro que guarda é a Fé do povo. Mas de súbito é assolado por um pensamento aterrador:

“O sacrário onde está o Santíssimo Sacramento na custódia de ouro!”

Esta dedução repentina deixa-o mais tolhido que a coronhada que levou há momentos. Vê o militar que o interrogou a aproximar-se

---

<sup>1</sup> Vá, vá! Vão-se embora daqui se não querem morrer

<sup>2</sup> Onde está o tesouro? Todas as igrejas têm tesouros! Onde é que ele está?

perigosamente do lugar mais sagrado da igreja e a preparar a espingarda para rebentar a tiro a porta do sacrário. Num ímpeto interior, tenta evitar a profanação precipitando-se sobre o sacrário aromado enquanto, com um empurrão sobre-humano, projeta para o chão o militar francês. Abre rapidamente a custódia e retira o Corpo de Cristo. Com a hóstia consagrada partida em pedaços, come-a num ápice. Um tiro de espingarda ecoa na igreja agora vazia e o sacerdote tomba sobre o seu próprio corpo aos pés do altar.

Sobre o Alqueidão das Contas cai forte e copiosa trovoadas.

O esquadrão de cavalaria abriga-se na igreja, acabando por aí pernoitar. A noite cai fria e o soalho de madeira do templo é, em parte, arrancado para ser consumido numa enorme fogueira para aquecer os militares.

